

Coleção Debates
Dirigida por J. Guinsburg

fernand braudel
ESCRITOS
SOBRE A HISTÓRIA

DEDALUS - Acervo - FFLCH



20900108962

Equipe de Realização – Tradução: J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota; Revisão: Angélica Dogo Pretel e Vera Lúcia B. Bolognani; Produção: Ricardo W. Neves e Raquel Fernandes Abranches.

SBD-FFLCH-USP



332713



PERSPECTIVA

104-2
B823ep
2 ed Título do original em inglês
2009 The Art of Performance

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Braudel, Fernand, 1902-1985.

Escritos sobre a história / Fernand Braudel; [tradução
J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota]. – São Paulo:
Perspectiva, 2009. – (Debates; 131 / dirigida por J. Guinsburg)

Título original: *Écrits sur l'histoire*.

3ª reimpr. da 2. ed. de 1992.

Bibliografia.

ISBN 85-273-0334-5

1. História – Coletâneas I. Guinsburg, J. II. Título. III. Série.

05-4914

CDD-902

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Artigos e estudos : Coletânea 902

2ª edição – 3ª reimpressão

Direitos reservados em língua portuguesa à

EDITORA PERSPECTIVA S.A.

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3025

01401-000 São Paulo SP Brasil

Telefax: (11) 3885-8388

www.editoraperspectiva.com.br

2009

SUMÁRIO

Prefácio	7
I. OS TEMPOS DA HISTÓRIA	
1. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Filipe II. Extraído do Pre- fácio	13
2. Posições da História em 1950	17
II. A HISTÓRIA E AS OUTRAS CIÊNCIAS DO HOMEM	

3. História e Ciências Sociais. A Longa Duração	41
4. Unidade e Diversidade das Ciências do Homem	79
5. História e Sociologia	91
6. Para uma Economia Histórica	115
7. Para uma História Serial: Sevilha e o Atlântico (1504-1650)	125
8. Há uma Geografia do Indivíduo Biológico?	143
9. Sobre uma Concepção da História Social ..	161
10. A Demografia e as Dimensões da Ciência do Homem	177

III. HISTÓRIA E TEMPO PRESENTE

11. No Brasil Baiano: O Presente Explica o Passado	219
12. A História das Civilizações: O Passado Explica o Presente	235
Bibliografia	289

PREFÁCIO

A origem desta coletânea me é estranha. Meus amigos poloneses, primeiro, e depois os espanhóis, decidiram há dois ou três anos, traduzir e reunir num volume alguns artigos e estudos que publiquei no decorrer dos últimos vinte anos sobre a própria natureza da história. Daí derivou por fim esta coletânea francesa. Caso contrário, teria eu pensado nisso por mim mesmo? É a questão que me proponho no momento em que acabo de ler-lhe as provas.

Como toda e qualquer pessoa, sem dúvida, não reconheço minha voz quando escuto seu registro. Tampouco, não estou certo, na leitura, de reconhecer

3. HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS. A LONGA DURAÇÃO¹

Há uma crise geral das ciências do homem: estão todas esmagadas sob seus próprios progressos, ainda que seja apenas devido à acumulação dos novos conhecimentos e da necessidade de um trabalho coletivo, cuja organização inteligente falta ainda erigir; direta ou indiretamente, todas são atingidas, queiram ou não, pelos progressos das mais ágeis dentre elas, mas permanecem entretanto às voltas com um humanismo retrógrado, insidioso, que não lhes pode mais servir de quadro. Todas, com mais ou menos lucidez, se preo-

1. *Annales E.S.C.*, n.º 4, out.-dez. 1958, *Débats et Combats*, pp. 725-753.

cupam com seu lugar no conjunto monstruoso das pesquisas antigas e novas, cuja convergência necessária hoje se adivinha.

As ciências do homem sairão, dessas dificuldades por um esforço suplementar de definição ou um acréscimo de mau humor? Talvez tenham a ilusão disso, pois (no risco de voltar a antigas repetições ou falsos problemas) ei-las preocupadas, hoje, ainda mais que ontem, em definir suas metas, seus métodos, suas superioridades. Ei-las, à porfia, empenhadas em chicanas sobre as fronteiras que as separam, ou não as separam, ou as separam mal das ciências vizinhas. Pois cada uma sonha, de fato, em permanecer ou retornar à sua casa... Alguns estudiosos isolados organizam paralelos: Claude Lévi-Strauss² impele a antropologia “estrutural” rumo aos procedimentos da lingüística, aos horizontes da história “inconsciente” e ao imperialismo juvenil das matemáticas “qualitativas”. Tende para uma ciência que ligaria, sob o nome de *ciência da comunicação*, a antropologia, a economia política, a lingüística... Mas quem está pronto para esses franqueamentos de fronteira e para esses reagrupamentos? Por um sim, por um não, a própria geografia se divorciaria da história!

Mas, não sejamos injustos; há um interesse nessas querelas e nessas recusas. O desejo de cada um se afirmar contra os outros está forçosamente na origem de novas curiosidades: negar outrem, já é conhecê-lo. Mais ainda, sem o querer explicitamente, as ciências sociais se impõem umas às outras, cada uma tende a compreender o social no seu todo, na sua “totalidade”; cada uma invade o domínio de suas vizinhas crendo permanecer em casa. A Economia descobre a Sociologia que a rodeia, a História — talvez a menos estruturada das ciências do homem — aceita todas as lições de sua múltipla vizinhança e se esforça por repercuti-las. Assim, malgrado as reticências, as oposições, as ignorâncias tranqüilas, a instalação de um “mercado comum” se esboça; valeria a pena tentá-la no decorrer dos anos vindouros, mesmo se, mais tarde, cada

2. *Anthropologie structurale*, Paris, Plon, 1958, *passim* e notadamente, p. 329.

ciência tivesse vantagem, por um momento, em retomar uma estrada mais estreitamente pessoal.

Mas, é preciso aproximar-se desde logo, a operação é urgente. Nos Estados Unidos, essa reunião tomou a forma de pesquisas coletivas sobre as áreas culturais do mundo atual, sendo as *area studies*, antes de tudo, o estudo, por uma equipe de *social scientists*, desses monstros políticos do tempo presente: China, Índia, Rússia, América Latina, Estados Unidos. Conhecer-los é questão vital! Cumpre ainda, fora dessa compartição de técnicas e conhecimentos, que cada um dos participantes não permaneça enterrado em seu trabalho particular, cego ou surdo, ao que dizem, escrevem, ou pensam os outros! É preciso ainda que a reunião das ciências sociais seja completa, que não se negligencie as mais antigas em benefício das mais jovens, capazes de prometer tanto, senão de cumprir sempre. Por exemplo, o lugar dado à Geografia nessas tentativas americanas é praticamente nulo e, extremamente reduzido o que se concede à História. E além disso, de que História se trata?

As outras ciências sociais são muito mal informadas a respeito da crise que nossa disciplina atravessou no decorrer desses últimos vinte ou trinta anos, e sua tendência é desconhecer, ao mesmo tempo que os trabalhos dos historiadores, um aspecto da realidade social do qual a história é boa criada, senão hábil vendedora: essa duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também o estofo da vida social atual. Uma razão a mais para assinalar com vigor, no debate que se instaura entre todas as ciências do homem, a importância, a utilidade da história, ou, antes, da dialética da duração, tal como ela se desprende do mister, da observação repetida do historiador; pois nada é mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que essa oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se. Que se trate do passado ou da atualidade, uma consciência clara dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem.

→ Falarei, pois, longamente da história, do tempo da história. Menos para os leitores dessa revista, especialistas em nossos estudos, que para nossos vizinhos das ciências do homem: economistas, etnógrafos, etnólogos (ou antropólogos), sociólogos, psicólogos, lingüistas, demógrafos, geógrafos, até mesmo, matemáticos sociais ou estatísticos — todos vizinhos que, há longos anos, seguimos nas suas experiências e pesquisas porque nos parecia (e ainda nos parece), que, colocada a seu reboque ou ao seu contato, a história se ilumina com uma nova luz. Talvez, de nossa parte, tenhamos alguma coisa a lhes dar. Das experiências e tentativas recentes da história, desprende-se — consciente ou não, aceita ou não — uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo. Essa última noção, mais que a própria história — a história das cem faces — deveria interessar às ciências sociais, nossas vizinhas.

1. História e durações

Todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido, escolhe entre suas realidades cronológicas, segundo preferências e opções exclusivas mais ou menos conscientes. A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, habituou-nos há muito tempo à sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto.

A nova história econômica e social põe no primeiro plano de sua pesquisa a oscilação cíclica e assenta sobre sua duração: prendeu-se à miragem, também à realidade das subidas e descidas cíclicas dos preços. Hoje, há assim, ao lado do relato (ou do “recitativo” tradicional), um recitativo da conjuntura que põe em questão o passado por largas fatias: dez, vinte ou cinquenta anos.

Bem além desse segundo recitativo, situa-se uma história de respiração mais contida ainda, e, desta vez, de amplitude secular: a história de longa, e mesmo, de longuíssima duração. A fórmula, boa ou má, tornou-se-me familiar para designar o inverso do que François Simiand, um dos primeiros após Paul Lacombe, terá batizado história ocorrencial (événementielle). Pouco

importam essas fórmulas; em todo caso, é de uma à outra, de um pólo ao outro do tempo, do instantâneo à longa duração que se situará nossa discussão.

Não que essas palavras sejam de uma certeza absoluta. Assim a palavra *evento*. De minha parte, quisera acantoná-la, aprisioná-la na curta duração: o evento é explosivo, “novidade sonante”, como se dizia no século XVI. Com sua fumaça excessiva, enche a consciência dos contemporâneos, mas não dura, vê-se apenas sua chama.

Os filósofos nos diriam, sem dúvida, que isto significa esvaziar a palavra de uma grande parte de seu sentido. Um evento, a rigor, pode carregar-se de uma série de significações ou familiaridades. Dá testemunho por vezes de movimentos muito profundos e, pelo jogo factício ou não das “causas” e dos “efeitos” caros aos historiadores de ontem, anexa um tempo muito superior à sua própria duração. Extensível ao infinito, liga-se, livremente ou não, à toda uma corrente de acontecimentos, de realidades subjacentes, e impossíveis, parece, de destacar desde então uns dos outros. Por esse jogo de adições, Benedetto Croce podia pretender que, em todo evento, a história inteira, o homem inteiro se incorporam e depois se redescobrem à vontade. Sob a condição, sem dúvida, de acrescentar a esse fragmento o que ele não contém à primeira vista e portanto saber o que é justo — ou não — associar-lhe. É esse jogo inteligente e perigoso que as reflexões recentes de Jean-Paul Sartre põem³.

Digamos então mais claramente, em lugar de ocorrencial: o tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência — o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista. Ora, notemo-lo, crônica ou jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos, ditos históricos, os medíocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Assim, cada um compreenderá que haja um tempo curto de todas as formas da vida, econômica, social, literária, institucional, religiosa e

3. JEAN-PAUL SARTRE, Questions de méthode, *Les Temps Modernes*, 1957 nº 139 e 140.

mesmo geográfica (uma ventania, uma tempestade) assim como política.

À primeira apreensão, o passado é essa massa de fatos miúdos, uns brilhantes, outros obscuros e indefinidamente repetidos, esses mesmos fatos que constituem, na atualidade, o despojo cotidiano da micro-sociologia ou sociometria (há também uma micro-história). Mas essa massa não forma toda a realidade, toda a espessura da história sobre a qual a reflexão científica pode trabalhar à vontade. A ciência social tem quase horror do evento. Não sem razão: o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações.

Donde, entre alguns de nós, historiadores, uma viva desconfiança relativamente a uma história tradicional, dita ocorrencial, confundindo-se a etiqueta com a da história política, não sem alguma inexatidão: a história política não é forçosamente ocorrencial, nem condenada à sê-lo. Entretanto, é um fato que, salvo os quadros factícios, quase sem espessura temporal, de onde recortava suas narrações⁴, salvo as explicações de longa duração de que era preciso sorti-la, é um fato que, no seu conjunto, a história dos últimos cem anos, quase sempre política, centrada no drama dos “grandes eventos”, trabalhou no e sobre o tempo curto. Foi talvez, o preço dos progressos realizados, durante esse mesmo período, na conquista científica de instrumentos de trabalho e de métodos rigorosos. A descoberta maciça do documento levou o historiador a crer que, na autenticidade documentária estava toda a verdade.

Basta, escrevia ainda ontem Louis Halphen⁵ deixar-se de algum modo levar pelos documentos, lidos um após o outro, tal como se nos oferecem, para ver a corrente dos fatos se reconstituir quase automaticamente.

Esse ideal, “a história no estado nascente”, resulta por volta do fim do século XIX numa crônica de novo estilo, que, na sua ambição de exatidão, segue

4. «A Europa em 1500», «O Mundo em 1880», «A Alemanha à véspera da Reforma»...

5. LOUIS HALPHEN, *Introduction à l'Histoire*, Paris, P.U.F. 1946, p. 50.

passo a passo a história ocorrencial tal como ela se desprende de correspondências de embaixadores ou de debates parlamentares. Os historiadores do século XVIII e do início do XIX haviam estado mais atentos às perspectivas da longa duração que, a seguir, somente grandes espíritos, como um Michelet, um Ranke, um Jacob Burckhardt, um Fustel souberam redescobrir. Se aceitarmos que essa superação do tempo curto foi o bem mais precioso, porque o mais raro, da historiografia dos últimos cem anos, compreenderemos o papel eminente da história das instituições, das religiões, das civilizações, e, graças à arqueologia, a qual necessita de vastos espaços cronológicos, o papel de vanguarda dos estudos consagrados à Antiguidade clássica. Ontem, eles salvaram nossa profissão.

A recente ruptura com as formas tradicionais da história do século XIX não foi uma ruptura total com o tempo curto. Sabe-se que ela redundou em benefício da história econômica e social, em detrimento da história política. Daí uma reviravolta e uma inegável renovação; daí, inevitavelmente, modificações de método, deslocamentos de centros de interesses com a aparição de uma história quantitativa que, certamente, não disse sua última palavra.

Mas sobretudo, houve alteração do tempo histórico tradicional. Ontem, um dia, um ano podiam parecer boas medidas para um historiador político. O tempo era uma soma de dias. Mas, uma curva dos preços, uma progressão demográfica, o movimento dos salários, as variações da taxa de juro, o estudo (mais imaginado do que realizado) da produção, uma análise precisa da circulação reclamam medidas muito mais amplas.

Aparece uma nova forma de narrativa histórica, digamos o “recitativo” da conjuntura, do ciclo, até mesmo do “interciclo”, que propõe à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, no limite extremo, o meio século do ciclo clássico de Kondratieff. Por exemplo, sem levar em conta acidentes breves e de superfície, os preços sobem, na Europa, de 1791 a 1817; baixam de 1817 a 1852: esse duplo e lento movimento de elevação e de recuo representa na época um interciclo completo da Europa e, mais

ou menos, do mundo inteiro. Sem dúvida, esses períodos cronológicos não têm um valor absoluto. Em outros barômetros, o do crescimento econômico e da renda ou do produto nacional, François Perroux⁶ nos ofereceria outros limites, mais válidos talvez. Mas pouco importam essas discussões em curso! O historiador dispõe seguramente de um tempo novo, elevado à altura de uma explicação onde a história pode tentar inscrever-se, dividindo-se de acordo com referências inéditas, segundo essas curvas e sua própria respiração.

Foi assim que Ernest Labrousse e seus alunos prepararam, após seu manifesto no último Congresso Histórico de Roma (1955), uma vasta investigação de história social, sob o signo da quantificação. Não creio trair seu desígnio dizendo que essa investigação levará forçosamente à determinação de conjunturas (até mesmo de estruturas) sociais, sem que nada nos assegure, de antemão, que esse tipo de conjuntura terá a mesma velocidade ou a mesma lentidão que a econômica. Além disso, essas duas grandes personagens, conjuntura econômica e conjuntura social, não nos devem fazer perder de vista outros atores, cuja marcha será difícil de determinar, talvez indeterminável, por falta de medidas precisas. As ciências, as técnicas, as instituições políticas, as ferramentas mentais, as civilizações (para empregar essa palavra cômoda), têm igualmente seu ritmo de vida e de crescimento, e a nova história conjuntural, só estará no ponto, quando houver completado sua orquestra.

Com toda lógica, esse recitativo deveria, por seu próprio excesso, conduzir à longa duração. Mas, por mil razões, o excesso não foi a regra e um retorno ao tempo curto se realiza sob nossos olhos; talvez porque parece mais necessário (ou mais urgente) costurar juntas a história "cíclica" e a história curta tradicional, do que ir do anterior para o desconhecido. Em termos militares, tratar-se-ia no caso de consolidar posições adquiridas. Assim, o primeiro grande livro de Ernest Labrousse, em 1933, estudava o movimento geral dos preços na França no século XVIII⁷, movimento se-

6. Cf. sua *Théorie générale du progrès économique*, Cahiers de l'I.S.E.A. 1957.

7. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*, Paris, Dalloz, 1933, 2 v.

cular. Em 1943, no maior livro de história publicado na França no decorrer desses últimos vinte e cinco anos, o mesmo Ernest Labrousse cedia à essa necessidade de retorno a um tempo menos embaraçante, quando, no próprio côncavo da depressão de 1774 a 1791, assinalava uma das fontes vigorosas da Revolução Francesa, uma de suas rampas de lançamento. Apelava ainda para um meio interciclo, grande medida. Sua comunicação ao Congresso Internacional de Paris, em 1948, *Comment naissent les révolutions?*, se esforça em ligar, desta vez, um patetismo econômico de curta duração (novo estilo) a um patetismo político (estilo muito antigo), o dos dias revolucionários. Eis-nos novamente no tempo curto, e até o pescoço. Bem entendido, a operação é lícita, útil, mas como é sintomática! O historiador é, de bom grado, encenador. Como renunciaria ao drama do tempo breve, aos melhores fios de uma velhíssima profissão?

Além dos ciclos e interciclos, há o que os economistas chamam, sem estudá-la, sempre, a tendência secular. Mas ela ainda interessa apenas a raros economistas e suas considerações sobre as crises estruturais, não tendo sofrido a prova das verificações históricas, se apresentam como esboços ou hipóteses, apenas enterrados no passado recente, até 1929, quando muito até o ano de 1870⁸. Entretanto, oferecem útil introdução à história de longa duração. São uma primeira chave.

A segunda, bem mais útil, é a palavra *estrutura*. Boa ou má, ela domina os problemas da longa duração. Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas à

8. Apreciação em RENÉ CLÉMENTS, *Prolégomènes d'une théorie de la structure économique*, Paris, Domat-Montchrestien, 1952 — ver também JOHANN AKERMAN, *Cycle et Structure*, *Revue économique*, 1952, nº 1.

se esfarelar. Mas todas são ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Obstáculos, assinalam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e suas experiências não podem libertar-se. Pensai na dificuldade em quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo, estas ou aquelas coerções espirituais: os quadros mentais também são prisões de longa duração.

O exemplo mais acessível parece ainda o da coerção geográfica. Durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo. Vede o lugar da transumância na vida montanhosa, a permanência de certos setores de vida marítima, enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas, vede a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e dos tráficos, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações.

As mesmas permanências ou sobrevivências no imenso domínio cultural. O magnífico livro de Ernst Robert Curtius⁹ que finalmente apareceu numa tradução francesa, é o estudo de um sistema cultural que prolonga, deformando-a por suas escolhas, a civilização latina do Baixo Império, esmagada, ela própria, sob uma pesada herança: até os séculos XII e XIV, até o nascimento das literaturas nacionais, a civilização das elites intelectuais viveu dos mesmos temas, das mesmas comparações, dos mesmos lugares-comuns e refrões. Numa linha análoga de pensamento, o estudo de Lucien Febvre, *Rabelais et le problème de l'incroyance au XVI^e siècle*³⁰ dedicou-se a precisar a ferramenta mental do pensamento francês na época de Rabelais, esse conjunto de concepções que, bem antes de Rabelais e muito tempo depois dele, comandou as artes de viver, de pensar e de crer, e limitou duramente, de antemão, a aventura intelectual dos espíritos mais

9. ERNST ROBERT CURTIUS, *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*, Berna, 1948, trad. fr.: *La Littérature européenne et le Moyen Age latin*, Paris, P.U.F., 1956.

10. Paris, Albin Michel, 1943, 3^a ed., 1969.

livres. O tema que Alphonse Dupront¹¹ trata, se apresenta também como uma das mais novas pesquisas da Escola Histórica francesa. A idéia de cruzada é aí considerada, no Ocidente, para além do século XIV, isto é, muito além de a “verdadeira” cruzada, na continuidade de uma atitude de longa duração que, repetida incessantemente, atravessa as sociedades, os mundos, os psiquismos mais diversos e toca com um último reflexo os homens do século XIX. Num domínio ainda vizinho, o livro de Pierre Francastel, *Peinture et Société*¹² assinala a partir dos inícios do Renascimento florentino, a permanência de um espaço pictural “geométrico” que nada mais alterará até o cubismo e a pintura intelectual dos inícios de nosso século. A história das ciências também conhece universos construídos que são outras tantas explicações imperfeitas, mas aos quais, séculos de duração são regularmente concedidos. São rejeitados apenas depois de haverem servido longamente. O universo aristotélico se mantém sem contestação, ou quase, até Galileu, Descartes e Newton; oblitera-se então diante de um universo profundamente geometrizado que, por sua vez, afundará, porém muito mais tarde, diante das revoluções einsteinianas¹³.

A dificuldade, por um paradoxo só aparente, é discernir a longa duração no domínio onde a pesquisa histórica acaba de obter seus inegáveis sucessos: o domínio econômico. Ciclos, interciclos, crises estruturais ocultam aqui as regularidades, as permanências de sistemas, alguns disseram de civilizações¹⁴ — isto é, velhos hábitos de pensar e de agir, quadros resistentes, duros de morrer, por vezes contra toda lógica.

Mas raciocinemos com base em um exemplo, analisado depressa. Eis, perto de nós, no quadro da Euro-

11. *Le mythe de Croisade. Essai de sociologie religieuse*. Sorbonne, tese datilografada.

12. PIERRE FRANCASTEL, *Peinture et Société. Naissance et destruction d'un espace plastique, de la Renaissance au cubisme*, Lyon, Audin, 1951.

13. Outros argumentos: colocam de bom grado em questão os poderosos artigos que todos defendem no mesmo sentido, de OTTO BRUNNER sobre a história social da Europa, *Historische Zeitschrift*, t. 177, nº 3 — de R. BULTMANN, *ibidem*, t. 176, nº 1, sobre o humanismo; — de GEORGES LEFEBVRE, *Annales historiques de la Révolution française*, 1949, nº 114, e de F. HARTUNG, *Historische Zeitschrift*, t. 180, nº 1, sobre o Despotismo esclarecido...

14. RENÉ COURTIN, *La Civilisation économique du Brésil*, Paris, Librairie de Médicis, 1941.

pa, um sistema econômico que se inscreve em algumas linhas e regras gerais bastante claras: mantém-se mais ou menos no lugar, do século XIV ao século XVIII, digamos, para maior segurança, até por volta de 1750. Durante séculos, a atividade econômica depende de populações demograficamente frágeis, como hão de mostrar os grandes refluxos de 1350-1450 e, sem dúvida, de 1630-1730¹⁵. Durante séculos, a circulação vê o triunfo da água e do navio, sendo toda a espessura continental, obstáculo, inferioridade. Os surtos de progresso europeus, salvo as exceções que confirmam a regra (feiras de Champagne já em seu declínio no início do período, ou feiras de Leipzig no século XVIII), todos esses surtos de progresso se situam ao longo das franjas litorâneas. Outras características desse sistema: a prioridade dos mercadores; o papel eminente dos metais preciosos, ouro, prata, e mesmo o cobre, cujos choques incessantes somente serão amortecidos, pelo desenvolvimento decisivo do crédito, e ainda, com o fim do século XVI; os abalos repetidos das crises agrícolas estacionais; a fragilidade, diremos, do próprio soa-lho da vida econômica; enfim, o papel desproporcionado à primeira vista, de um ou dois grandes tráficos exteriores: o comércio do Levante do século XII ao século XIV, o comércio colonial no século XVIII.

Assim, por minha vez, defini ou antes, evoquei após alguns outros, os traços principais, do capitalismo comercial, para a Europa Ocidental, etapa de longa duração. Não obstante todas as modificações evidentes que os percorrem, esses quatro ou cinco séculos de vida econômica tiveram uma *certa* coerência, até a agitação do século XVIII e da revolução industrial da qual ainda não saímos. Alguns traços lhes são comuns e permanecem imutáveis, enquanto que em torno deles, entre outras continuidades, mil rupturas e agitações renovavam o aspecto do mundo.

Entre os diferentes tempos da história, a longa duração se apresenta assim como um personagem embaraçante, complicado, amiúde inédito. Admiti-lo no coração de nosso mister não será um simples jogo, a habitual ampliação de estudos e curiosidades. Não se

15. A hora francesa. Na Espanha o refluxo demográfico se nota desde o fim do século XVI.

tratará, tampouco, de uma escolha cujo único beneficiário será ele. Para o historiador, ocultá-lo é pres-tar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma alteração de pensamento, a uma nova concepção do social. É familiarizar-se com um tempo diminuído, por vezes, quase no limite do movediço. Nessa faixa, não em outra, — voltarei a isso — é lícito desprender-se do tempo exigente da história, sair dele, depois voltar a ele, mas com outros olhos, carregados de outras inquietudes, de outras questões. Em todo caso, é em relação a essas extensões de história lenta que a totalidade da história pode se repensar, como a partir de uma infra-estrutura. Todas as faixas, todos os milhares de faixas, todos os milhares de estouros do tempo da história se compreendem a partir dessa profundidade, dessa semi-imobilidade; tudo gravita em torno dela.

Nas linhas que precedem não pretendo ter definido o mister de historiador — mas uma concepção desse mister. Feliz, e bem ingênuo, quem pensasse, após as tempestades dos últimos anos, que encontramos os verdadeiros princípios, os limites claros, a boa Escola. De fato, todos os misteres das ciências sociais não cessam de transformar-se em razão de seus movimentos próprios e do vivo movimento do conjunto. A história não faz exceção. Nenhuma quietude está pois à vista e a hora dos discípulos não soou. Há uma longa distância de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos a Marc Bloch. Mas desde Marc Bloch, a roda não cessou de girar. Para mim, a história é a soma de todas as histórias possíveis — uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã.

O único erro, a meu ver, seria escolher uma dessas histórias com exclusão das outras. Foi e seria o erro historizante. Sabe-se que não será cômodo convencer todos os historiadores e, menos ainda, as ciências sociais, empenhadas encarniçadamente em nos reconduzir à história tal como era ontem. Ser-nos-á preciso muito tempo e cuidado para fazer com que todas essas mudanças e novidades sejam admitidas sob o velho nome de história. No entanto, uma nova “ciência” histórica nasceu, e continua a interrogar-se e a transformar-se. Anuncia-se, entre nós, desde 1900,

com a *Revue de Synthèse Historique* e com os *Annales*, a partir de 1929. O historiador quis-se atento a "todas" as ciências do homem. Eis o que dá ao nosso mister estranhas fronteiras e estranhas curiosidades. Além disso, não imaginemos, entre o historiador e o observador das ciências sociais, as barreiras e diferenças de ontem. Todas as ciências do homem, inclusive a história, estão contaminadas umas pelas outras. Falam a mesma linguagem ou podem falá-la.

Quer se situe em 1558 ou no ano da graça de 1958, trata-se, para quem quer compreender o mundo, de definir uma hierarquia de forças, de correntes, de movimentos particulares, depois, apreender de novo uma constelação de conjunto. A cada instante dessa pesquisa, será preciso distinguir entre movimentos longos e impulsos breves, estes, tomados desde suas fontes imediatadas, aqueles, no impulso de um tempo longínquo. O mundo de 1558, tão enfadonho no momento francês, não nasceu ao umbral desse ano sem encanto. E tampouco, sempre no momento francês, nosso difícil ano de 1958. Cada "atualidade" reúne movimentos de origem, de ritmo diferentes: o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora.

2. A Querela do Tempo Curto

Essas verdades são certamente banais. Entretanto, as ciências sociais não se sentem quase tentadas pela busca do tempo perdido. Não que se possa levantar contra elas um firme requisitório e declará-las sempre culpadas de não aceitar a história ou a duração como dimensões necessárias de seus estudos. Aparentemente, elas nos dão mesmo uma boa acolhida; e exame "diacrônico" que reintroduz a história não está jamais ausente de suas preocupações teóricas.

Todavia, afastadas essas aquiescências, é preciso convir que as ciências sociais, por gosto, por instinto profundo, talvez por formação, tendem a escapar sempre à explicação histórica; escapam-lhe por dois procedimentos quase opostos: uma "fatualiza", ou se quisermos "atualiza" em excesso os estudos sociais,

graças a uma sociologia empírica, desdenhosa de toda história, limitada aos dados do tempo curto, da investigação sobre o vivo; a outra ultrapassa pura e simplesmente o tempo, imaginando ao termo de uma "ciência da comunicação" uma formulação matemática de estruturas quase intemporais. Este último procedimento, o mais novo de todos, é evidentemente o único que pode nos interessar profundamente. Mas o ocorrencial tem ainda bastante partidários para que os dois aspectos da questão mereçam ser examinados alternadamente.

Falamos de nossa desconfiança em relação a uma história puramente fatual. Sejamos justos: se há um pecado *factualista*, a história, acusada de escolha, não é a única culpada. Todas as ciências sociais participam do erro. Economistas, demógrafos, geógrafos, estão divididos entre ontem e hoje (mas, mal divididos); ser-lhes-ia preciso para serem prudentes, manter a balança igual, o que é fácil e obrigatório para o demógrafo; o que é imediato para os geógrafos (particularmente os nossos, alimentados pela tradição vidaliana); o que, ao contrário, só acontece raramente no caso dos economistas, prisioneiros da mais curta atualidade, entre um limite à retaguarda que vai aquém de 1945 e um hoje que os planos e previsões prolongam no futuro imediato de alguns meses, quando muito alguns anos. Sustento que todo pensamento econômico fica encantado por essa restrição temporal. Cabe aos historiadores, dizem os economistas, ir aquém de 1945, na pesquisa das economias antigas; mas, fazendo isso, privam-se de um maravilhoso campo de observação, que abandonaram por si mesmos, sem por isso negar-lhe o valor. O economista tomou o hábito de correr a serviço do atual, a serviço dos governos.

A posição dos etnógrafos e etnólogos não é tão clara, nem tão alarmante. Alguns dentre eles sublinharam bem a impossibilidade (mas todo o intelectual é obrigado ao impossível) e a inutilidade da história no interior de seu mister. Essa recusa autoritária da história não terá quase servido Malinowski e seus discípulos. De fato, como a antropologia se desinteressaria da história? É a mesma aventura do espírito,

como costuma dizer Claude Lévi-Strauss¹⁶. Não há sociedade, por mais inferior que seja, que não revele à observação, “as garras do evento”, tampouco não há sociedade cuja história tenha naufragado inteiramente. Por este lado, não teríamos razão em nos lamentar ou insistir.

Em compensação, nossa querela será bastante viva nas fronteiras do tempo curto, com respeito à sociologia das investigações sobre o atual, as investigações de mil direções, entre sociologia, psicologia e economia. Elas mergulham entre nós, como no estrangeiro. São à sua maneira, uma aposta repetida sobre o valor insubstituível do tempo presente, seu calor “vulcânico”, sua riqueza abundante. Para que voltar-se para o tempo da história: empobrecido, simplificado, devastado pelo silêncio, reconstruído — insistamos bem: *reconstruído*. Na verdade, está tão morto, tão reconstruído quanto se pretende dizê-lo? Sem dúvida, o historiador tem demasiada facilidade para destacar o essencial de uma época passada; para falar como Henri Pirenne, distingue nela sem esforço os “eventos importantes”, entenda-se, “aqueles que tiveram consequências”. Simplificação evidente e perigosa. Mas, o que não daria o viajante do atual para ter esse recuo (ou esse avanço no tempo) que desmascararia e simplificaria a vida presente, confusa, pouco legível porque demasiado atravancada de gestos e sinais menores? Claude Lévi-Strauss pretende que uma hora de conversação com um contemporâneo de Platão o informaria, mais que nossos discursos clássicos, sobre a coerência ou a incoerência da civilização da Grécia antiga¹⁷. Estou bem de acordo com isso. Mas é que, durante anos, ele ouviu cem vozes gregas salvas do silêncio. O historiador preparou a viagem. Uma hora na Grécia de hoje não lhe ensinará nada, ou quase nada, acerca das coerências ou incoerências atuais.

Mais ainda, o inquiridor sobre o tempo presente somente chega até às tramas “finas” das estruturas, à condição, também, de *reconstruir*, de adiantar hipóte-

16. CLAUDE LÉVI-STRAUSS, *Anthropologie structurale*, op. cit., p. 31.

17. DIOGENE COUCHÉ, *Les Temps Modernes*, nº 195, p. 17.

ses e explicações, de recusar o real tal como é percebido, de truncá-lo, de ultrapassá-lo, todas as operações que permitem escapar ao dado, para melhor dominá-lo, mas que são, todas, reconstruções. Duvido que a fotografia sociológica do presente seja mais “verdadeira” que o quadro histórico do passado, e tanto menos quanto mais afastada do *reconstruído* ela quiser estar.

Philippe Ariès¹⁸ insistiu sobre a importância do expatriamento, da surpresa na explicação histórica: tropeçais, no século XVI, em uma estranheza, estranheza para vós, homem do século XX. Por que essa diferença? O problema está colocado. Mas direi que a surpresa, o expatriamento, o afastamento — esses grandes meios de conhecimento — não são menos necessários para compreender o que vos cerca, e de tão perto que não mais o vedes com clareza. Vivei em Londres um ano, e conhecereis bem mal a Inglaterra. Mas, por comparação, à luz de vossos espantos, tereis bruscamente compreendido alguns dos traços mais profundos e originais da França, aqueles que não conheceis a força de conhecê-los. Face ao atual, o passado, também é expatriamento.

Historiadores e *social scientists* poderiam pois eternamente passar a bola um para o outro no que tange ao documento morto e ao testemunho muito vivo, ao passado longínquo, à atualidade muito próxima. Não acho que esse problema seja essencial. Presente e passado iluminam-se com luz recíproca. E se se observa exclusivamente na estreita atualidade, a atenção incidirá sobre o que se mexe depressa, brilha com razão ou sem razão, ou acaba de mudar, ou faz barulho, ou se revela sem esforço. Todo um fatual, tão fastidioso como o das ciências históricas, espreita o observador apressado, etnógrafo que encontra por três meses um povo polinésio, sociólogo industrial que entrega os clichês de sua última investigação, ou que pensa, com questionários hábeis e as combinações dos cartões perfurados, cercar perfeitamente um mecanismo social. O social é uma caça muito mais ardilosa.

Na verdade, que interesse podemos encontrar, nós, ciências do homem, nos deslocamentos, de que fala

18. *Le Temps de l'histoire*, Paris, Plon, 1954, notadamente p. 298 e ss.

uma vasta e boa investigação sobre a região parisiense¹⁹, de uma jovem entre seu domicílio, no XVIº quartelão, seu professor de música e o local das *Sciences-Po*? Tira-se daí um lindo mapa. Mas, tivesse ela feito estudos de agronomia ou praticado o esquí náutico e tudo teria mudado em suas viagens triangulares. Divirta-me em ver, sobre um mapa, a distribuição dos domicílios dos empregados de uma grande empresa. Mas, se não disponho de um mapa anterior da distribuição, se a distância cronológica entre os extratos não é suficiente para permitir inscrever tudo num verdadeiro movimento, onde está o problema sem o qual uma investigação permanece um esforço perdido? O interesse dessas investigações para a investigação é, quando muito, acumular ensinamentos; ainda assim nem todas serão válidas *ipso facto* para trabalhos *futuros*. Desconfiemos da arte pela arte.

Duvido igualmente que um estudo de cidade, qualquer que seja, possa ser o objeto de uma investigação sociológica como foi o caso para Auxerre²⁰, ou Viena em Delfinado²¹, sem se inscrever na duração histórica. Toda cidade, sociedade tensa com suas crises, seus cortes, seus pânico, seus cálculos necessários, tem que se recolocada no complexo dos campos próximos que a rodeiam, e também desses arquipélagos de cidades vizinhas das quais, um dos primeiros a falar, terá sido o historiador Richard Häpke; e portanto no movimento, mais ou menos afastado no tempo, amiúde muito afastado no tempo, que anima esse complexo. Se registarmos um intercâmbio campo-cidade, determinada rivalidade industrial ou comercial, é indiferente ou, ao contrário, não é essencial saber que se trata de um movimento jovem em pleno ímpeto ou de um fim de corrida, de um longínquo ressurgimento ou de um monótono recomeço?

Concluamos numa palavra: Lucien Febvre, durante os dez últimos anos de vida, terá repetido:

19. P. CHOMBART DE LAUWE, *Paris et l'agglomération parisienne*, Paris, P.U.F., 1952, t. I, p. 106.

20. SUZANNE FRÈRE e CHARLES BETTELHEIM, *Une ville française moyenne, Auxerre en 1950*, Paris, Armand Colin, Cahiers des Sciences Politiques, nº 17, 1951.

21. PIERRE CLÉMENT e NELLY XYDIAS, *Vienne-sur-le-Rhône. Sociologie d'une cité française*, Paris, Armand Colin, Cahiers des Sciences Politiques, nº 71, 1955.

“história ciência do passado, ciência do presente”. A história dialética da duração, não é à sua maneira, explicação do social em toda a sua realidade? e portanto do atual? Valendo sua lição nesse domínio como uma proteção contra o evento: não pensar apenas no tempo curto, não crer que somente os atores que fazem barulho sejam os mais autênticos; há outros e silenciosos — mas quem já não o sabia?

3. Comunicação e Matemáticas Sociais

Talvez não tenhamos tido razão em nos demorar na agitada fronteira do tempo curto. Na verdade, aí o debate se desenrola sem grande interesse, ou ao menos, sem surpresa útil. O debate essencial que a mais nova experiência das ciências sociais conduz, sob o duplo signo da “comunicação” e da matemática, está alhures, entre nossos vizinhos.

Mas aqui, não será fácil advogar o processo, quero dizer, será algo difícil provar que nenhum estudo social escapa ao tempo da história, a propósito de tentativas que, ao menos aparentemente, se situam absolutamente fora dele.

Em todo caso, nessa discussão, se o leitor quiser nos seguir (para nos aprovar ou divergir de nosso ponto de vista) fará bem em pesar por sua vez, e um a um, os termos de um vocabulário não inteiramente novo, mas, retomado, rejuvenescido nas novas discussões e que prosseguem sob nossos olhos. Nada temos a repetir, evidentemente, acerca do evento, ou da longa duração. Nem há grande coisa a dizer acerca das *estruturas*, ainda que a palavra — e a coisa — não esteja ao abrigo das incertezas e das discussões²². É inútil também insistir muito nas palavras *sincronia* e *diacronia*; elas se definem por si mesmas, ainda que seu papel, num estudo concreto do social, seja menos fácil a delimitar do que parece. Com efeito, na linguagem da história (tal como eu a imagino), não pode haver sincronia perfeita: uma parada instantânea, suspendendo todas as durações, é quase absurda em si, ou, o que

22. Ver o Colloque sur les Structures, VIa Secção da «Ecole Pratique des Hautes Etudes, resumo datilografado, 1958.

vem a dar no mesmo, bastante fictícia; do mesmo modo, uma descida segundo a inclinação do tempo não é pensável senão sob a forma de uma multiplicidade de descidas, segundo os diversos e inumeráveis rios do tempo.

Essas breves chamadas e cuidados bastarão, para o instante. Mas é preciso ser mais explícito no que concerne à *história inconsciente*, aos *modelos*, às *matemáticas sociais*. Esses comentários indispensáveis se reúnem alhures, ou — espero-o — não tardarão a se reunir, numa problemática comum às ciências sociais.

A *história inconsciente* é, bem entendido, a história das formas inconscientes do social. “Os homens fazem a história, mas ignoram que a fazem”²³. A fórmula de Marx esclarece, mas não explica o problema. De fato, sob um novo nome, uma vez mais, é todo o problema do tempo curto, do “microtempo”, do factual que se nos reapresenta. Os homens sempre tiveram a impressão, vivendo seu tempo, de apreender seu desenrolar no dia a dia. Essa história consciente, clara, é abusiva, como muitos historiadores, já há muito tempo, concordam em considerá-la? Ontem, a lingüística acreditava tirar tudo das palavras. A história teve a ilusão de tirar tudo dos eventos. Mais de um de nossos contemporâneos acreditaria de bom grado que tudo veio dos acordos de Ialta ou de Potsdam, dos acidentes de Dien-Bien-Phu ou de Sakhiet-Sidi-Iussef, ou desse outro evento, importante de outro modo, é verdade, o lançamento dos *sputniks*. A história inconsciente se desenrola além dessas luzes, de seus *flashes*. Admiti pois que existe, a uma certa distância, um inconsciente social. Admiti, além disso, esperando o melhor, que esse inconsciente seja considerado cientificamente mais rico que a superfície cintilante à qual nossos olhos estão habituados; cientificamente mais rico, isto é, mais simples, mais fácil para explorar — senão para descobrir. Mas a separação entre superfície clara e profundezas obscuras — entre ruído e silêncio — é difícil, aleatória. Acrescentemos que a história “inconsciente”, em parte domínio do tempo conjuntural e, por excelência, do tempo estrutural, é muitas vezes, mais claramente per-

23. Citado por CLAUDE LÉVI-STRAUSS, *Anthropologie structurale*, op. cit., pp. 30-31.

cebida do que se costuma dizer. Cada um de nós, além de sua própria vida, tem o sentimento de uma história de massa cuja potência e cujos impulsos reconhece melhor, é verdade, do que as leis ou a direção. E se essa consciência, hoje, é cada vez mais viva, ela não data apenas de ontem. (É o que acontece no tocante à história econômica.) A revolução, pois, é uma revolução no espírito, consistiu em abordar de frente essa semi-obscuridade, em lhe conceder um lugar cada vez maior ao lado, até em detrimento, do factual.

Nessa prospecção em que a história não está só (ao contrário, ela nada mais fez senão seguir nesse domínio os pontos de vista das novas ciências sociais e adaptá-los ao seu uso), novos instrumentos de conhecimento e investigação foram construídos: temos assim, mais ou menos aperfeiçoados, por vezes ainda artesanais, os *modelos*. Os modelos não são mais do que hipóteses, sistemas de explicação solidamente ligados segundo a forma da equação ou da função: isso é igual aquilo ou determina aquilo. Mas uma certa realidade não aparece sem que uma outra não a acompanhe e, desta para aquela, relações estreitas e constantes se revelam. O modelo estabelecido com cuidado permitirá, pois, colocar em questão, fora do meio social observado — a partir do qual foi, em suma, criado — outros meios sociais de mesma natureza, através do tempo e espaço. É seu valor recorrente.

Esses sistemas de explicações variam ao infinito segundo o temperamento, o cálculo ou o alvo dos utilizadores: simples ou complexos, qualitativos ou quantitativos, estáticos ou dinâmicos, mecânicos ou estatísticos. Retomo em Claude Lévi-Strauss esta última distinção. Mecânico, o modelo estaria na própria dimensão da realidade diretamente observada, realidade de pequenas dimensões interessando somente a grupos minúsculos de homens (assim procedem os etnólogos a propósito das sociedades primitivas). Quanto às vastas sociedades, onde os grandes números intervêm, o cálculo das médias se impõe: elas conduzem aos modelos estatísticos. Mas pouco importam essas definições, por vezes discutíveis!

De minha parte, o essencial antes de estabelecer um programa comum das ciências sociais, é precisar o

papel e os limites do modelo, que certas iniciativas arriscam engrandecer excessivamente. Daí também, a necessidade de confrontar os modelos, por sua vez, com a idéia de duração; pois, da duração que implicam dependem bastante estreitamente, a meu ver, a respectiva significação e o valor de explicação.

Para ser mais claro, tomemos exemplos entre modelos históricos²⁴, ou seja, fabricados por historiadores, modelos bastante grosseiros, rudimentares, raramente desenvolvidos até o rigor de uma verdadeira regra científica e nunca preocupados em desembocar numa linguagem matemática revolucionária — todavia, modelos à sua maneira.

Falamos mais acima do capitalismo comercial entre os séculos XIV e XVIII: trata-se aí de um modelo, entre vários, que podemos depreender da obra de Marx. Se deixa a porta aberta a todas as extrapolações, aplica-se plenamente apenas a uma família dada de sociedades, durante um tempo dado.

Já não é o mesmo com o modelo que esbocei, num livro antigo²⁵, de um ciclo de desenvolvimento econômico, a propósito das cidades italianas entre os séculos XVI e XVIII, alternadamente mercadoras, “industriais”, depois especializadas no comércio do banco; esta última atividade, a mais lenta a desabrochar, é também a mais lenta a se apagar. Mais restrito, de fato, que a estrutura do capitalismo comercial, esse esboço seria, mais facilmente que aquele, extensível na duração e no espaço. Registra um fenômeno (alguns diriam uma estrutura dinâmica, mas todas as estruturas da história são pelo menos elementarmente dinâmicas) apto a se reproduzir num número de circunstâncias fáceis de reencontrar. Aconteceria talvez a mesma coisa com esse modelo, esboçado por Frank Spooner e por mim mesmo²⁶, a propósito da história dos metais preciosos, antes, durante e após o século XVI: ouro, prata, cobre — e crédito, esse ágil substi-

24. Seria tentando dar um lugar aos «modelos» dos economistas que, na verdade, comandaram nossa imitação.

25. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, Armand Colin, 1949, p. 264 e ss.

26. FERNAND BRAUDEL e FRANK SPOONER, *Les métaux monétaires et l'économie du XVI^e siècle. Rapports au Congrès international de Rome*, 1955, v. IV, pp. 233-264.

tuto do metal — são também, jogadores; a “estratégia” de um, pesa sobre a “estratégia” do outro. Não será difícil transportar esse modelo fora do século privilegiado e particularmente movimentado, o século XVI, que escolhemos para nossa observação. Os economistas não tentaram também à sua maneira, no caso particular dos países desenvolvidos de hoje, verificar a velha teoria quantitativa da moeda modelo²⁷?

Mas as possibilidades de duração de todos esses modelos ainda são breves se as compararmos às do modelo imaginado por um jovem historiador sociólogo americano, Sigmund Diamond²⁸. Atônito com a dupla linguagem da classe dominante dos grandes financistas americanos contemporâneos de Pierpont Morgan, linguagem anterior à classe e linguagem exterior (esta última, na verdade, defende em face da opinião pública a quem se representa o sucesso do financista como o triunfo típico do *self-made man*, a condição da fortuna da própria nação), atônito com essa dupla linguagem, vê nela a reação habitual a toda classe dominante que sente seu prestígio atingido e seus privilégios ameaçados; para se mascarar, precisa confundir sua sorte com a da Cidade ou da Nação, seu interesse particular com o interesse público. S. Diamond explicaria de bom grado, da mesma maneira, a evolução da idéia de dinastia ou de império, dinastia inglesa, império romano... O modelo assim concebido é, evidentemente, capaz de correr os séculos. Supõe certas condições sociais precisas, mas cuja história tenha sido pródiga: é válido, por conseguinte, para uma duração muito mais longa do que os modelos precedentes, mas ao mesmo tempo põe em causa realidades mais precisas, mais estreitas.

No limite, como diriam os matemáticos, esse gênero de modelo assemelhar-se-ia aos modelos favoritos, quase intemporais, dos sociólogos matemáticos. Quase intemporais, isto é, na verdade, circulando pelas rotas obscuras e inéditas da longuíssima duração.

27. ALEXANDRE CHABERT, *Structure économique et théorie monétaire*, Paris, Armand Colin, publ. do «Centre d'Études Économiques», 1956.

28. SIGMUND DIAMOND, *The Reputation of the American Businessman*, Cambridge (Massachusetts), 1955.

As explicações que precedem não são mais que uma insuficiente introdução à ciência e à teoria dos modelos. E é preciso que os historiadores ocupem aí posições de vanguarda. Seus modelos não passam quase de feixes de explicações. Nossos colegas são, aliás, tão ambiciosos e avançados na pesquisa, que tentam chegar à altura das teorias e das linguagens da informação, da comunicação ou das matemáticas qualitativas. Seu mérito, — que é grande, — é o de acolher no seu domínio essa linguagem sutil, as matemáticas, mas que corre o risco à menor desatenção, de escapar ao nosso controle e de precipitar-se, Deus sabe para onde! Informação, comunicação, matemáticas qualitativas, tudo se reúne bastante bem sob o vocábulo, aliás amplo, das matemáticas sociais. Ainda assim, é preciso iluminar nossa lanterna, como pudermos.

As matemáticas sociais²⁹ são pelo menos três linguagens que ainda podem misturar-se e não excluem uma seqüência. A imaginação dos matemáticos não está no fim. Em todo caso, não há *uma* matemática, a matemática (ou então é uma reivindicação). “Não se deve dizer a álgebra, a geometria, mas, uma álgebra, uma geometria” (Th. Guilbaud), o que não simplifica nossos problemas, nem os deles. Há três linguagens, portanto: a dos fatos de necessidade (um é dado, o outro segue), é o domínio das matemáticas tradicionais; a linguagem dos fatos aleatórios, desde Pascal — é o domínio do cálculo das probabilidades; enfim, a linguagem dos fatos condicionados, nem determinados, nem aleatórios, mas submissos a certas coerções, a regras de jogos, no eixo da “estratégia” de Von Neumann e Morgenstern³⁰, essa estratégia triunfante que não ficou somente nos princípios e audácias de seus fundadores. A estratégia dos jogos, pela utilização dos conjuntos, dos grupos, do próprio cálculo das probabilidades, abre o caminho às matemáticas “quantitativas”. Por conseguinte, a passagem da observação à formulação matemática não mais se faz obrigatoriamente pela

29. Ver especialmente CLAUDE LÉVI-STRAUSS, *Bulletin International des Sciences sociales*, UNESCO, VI, nº 4, e mais geralmente todo esse número de um grande interesse, intitulado: *Les mathématiques et les sciences sociales*.

30. *The Theory of Games and economic Behaviour*, Princeton, 1944. Cf. o relatório brilhante de JEAN FOURASTIÉ, *Critique*, out. 1951, nº 51.

difícil via das medidas e dos longos cálculos estatísticos. Da análise do social, pode-se passar diretamente a uma formulação matemática, à máquina de calcular, diremos nós.

Evidentemente, é preciso preparar o trabalho dessa máquina que não engole nem tritura todos os alimentos. Além disso, foi em função de verdadeiras máquinas, de suas regras de funcionamento, para as *comunicações* no sentido mais material da palavra, que se esboçou e desenvolveu uma ciência da informação. O autor desse estudo não é, de modo algum, um especialista nesses domínios difíceis. As pesquisas com vistas à fabricação de uma máquina de traduzir, que ele seguiu de longe, mas que ainda assim seguiu, lançam-no, como alguns outros, num abismo de reflexões. Entretanto, permanece um duplo fato: 1º) tais máquinas, tais possibilidades matemáticas existem; 2º) é preciso preparar o social das matemáticas do social, que não são mais apenas nossas velhas matemáticas habituais: curvas de preços, de salários, de nascimentos...

Ora, se o novo mecanismo matemático nos escapa com muita freqüência, o preparo da realidade social para seu uso, sua brocagem, seu recorte, não podem iludir nossa atenção. O tratamento prévio, até aqui, tem sido quase sempre o mesmo: escolher uma unidade restrita de observação, tal como uma “tribo” primitiva, um “isolado” demográfico, onde se possa examinar e tocar quase tudo diretamente com o dedo; estabelecer em seguida, entre os elementos distinguidos todas as relações, todos os jogos possíveis. Essas relações rigorosamente determinadas dão as próprias equações, das quais as matemáticas tirarão todas as conclusões e prolongamentos possíveis para chegar a um *modelo* que as resuma todas, ou antes, leve todas em conta.

Nesses domínios evidentemente se abrem mil possibilidades de pesquisas. Mas um exemplo valerá mais que um longo discurso. Claude Lévi-Strauss se nos oferece como um excelente guia; vamos segui-lo. Introduzir-nos-á num setor dessas pesquisas, digamos o de uma ciência da *comunicação*³¹.

31. Todas as observações que seguem são extraídas de sua última obra, a *Anthropologie structurale*, *op. cit.*

“Em toda sociedade”, escreve Claude Lévi-Strauss³², “a comunicação se opera pelo menos em três níveis: comunicação das mulheres; comunicação dos bens e dos serviços; comunicação das mensagens”. Admitamos que sejam, em níveis diferentes, linguagens diferentes, mas linguagens. Assim sendo, não teremos o direito de tratá-las como linguagens, ou mesmo como a linguagem, e de associá-las, de maneira direta ou indireta, aos progressos sensacionais da lingüística, ou melhor, da fonologia, que “não pode deixar de representar, em face das ciências sociais, o mesmo papel renovador que a física nuclear, por exemplo, representou para o conjunto das ciências exatas”³³. É dizer muito, mas é preciso dizer muito, algumas vezes. Como a história presa na armadilha do evento, a lingüística presa na armadilha das palavras (relação das palavras com o objeto, evolução histórica das palavras), se libertou pela revolução fonológica. Aquém da palavra, ela apegou-se ao esquema de som que é o fonema, indiferente por conseguinte a seu sentido, mas atenta a seu lugar, aos sons que o acompanham, aos agrupamentos desses sons, às estruturas infrafonêmicas, à toda realidade subjacente, *inconsciente* da língua. O novo trabalho matemático colocou-se sobre algumas dezenas de fonemas que se encontram, pois, em todas as línguas do mundo passou a aplicar-se o novo trabalho matemático, e eis a lingüística, ao menos uma parte da lingüística que, no decorrer desses últimos vinte anos, escapa do mundo das ciências sociais para atravessar “o desfiladeiro das ciências exatas”.

Estender o sentido da linguagem às estruturas elementares de parentesco, aos mitos, ao cerimonial, às trocas econômicas, é pesquisar esse caminho difícil mas salutar do desfiladeiro, e é a proeza que realizou Claude Lévi-Strauss, à propósito, primeiramente, da troca matrimonial, essa primeira linguagem, essencial às comunicações humanas, a tal ponto que não há sociedades, primitivas ou não, onde o incesto, o casamento no interior da estreita célula familiar, não seja proibido. Portanto, uma linguagem. Sob essa linguagem, ele procurou um elemento de base correspondente, se quisermos, ao fonema, esse elemento, esse

32. *Ibid.*, p. 326.

33. *Ibid.*, p. 39.

“átomo” de parentesco, o qual nosso guia apresentou na sua tese de 1949³⁴ sob a expressão mais simples: entenda-se o homem, a esposa, a criança, depois o tio materno da criança. A partir desse elemento quadrangular e de todos os sistemas de casamentos conhecidos nesses mundos primitivos — e são numerosos — os matemáticos procurarão as combinações e soluções possíveis. Ajudado pelo matemático André Weill, Lévi-Strauss conseguiu traduzir em termos matemáticos a observação do antropólogo. O modelo obtido deve provar a validade, a estabilidade do sistema, assinalar as soluções que este último implica.

Vê-se qual é o encaminhamento dessa pesquisa: ultrapassar a superfície da observação para atingir a zona dos elementos inconscientes ou pouco conscientes, depois reduzir essa realidade em elementos menores, em toques finos, idênticos, cujas relações possam ser precisamente analisadas. É nessa etapa “micro-sociológica” (de um certo gênero, sou eu que acrescento essa reserva) que se espera perceber as leis de estrutura mais gerais, como o lingüista descobre as suas na ordem infrafonêmica e o físico, na ordem inframolecular, isto é, ao nível do átomo”³⁵. O jogo pode prosseguir, evidentemente, em muitas outras direções. Assim, nada mais didático, do que ver Lévi-Strauss às voltas, desta vez, com os mitos e, maneira de ser, com a cozinha (essa outra linguagem): reduzirá os mitos a uma série de células elementares, os *mitemas*; reduzirá (sem acreditar muito) a linguagem dos livros de cozinha em *gustemas*. A cada vez, está à procura de níveis de profundidade, subconscientes: ao falar, não me preocupo com os fonemas de meu discurso; à mesa, salvo exceção, não me preocupo mais, culinariamente, com “gustemas”, se é que existem “gustemas”. À cada vez, entretanto, o jogo das relações sutis e precisas me faz companhia. Essas relações simples e misteriosas, a última palavra da pesquisa sociológica, seria apreendê-las sob todas as linguagens, para traduzi-las em alfabeto Morse, quero dizer, a universal linguagem matemática? É a ambição das novas

34. *Les structures élémentaires de la parenté*, Paris, P.U.F., 1949. Ver *Anthropologie structurale*, pp. 47-62.

35. *Anthropologie...*, pp. 42-43.

matemáticas sociais. Mas, posso dizer, sem sorrir, que essa é uma outra história?

Reintroduzamos, com efeito, a duração. Disse que os modelos eram de duração variável: valem o tempo que vale a realidade que eles registram. E esse tempo, para o observador do social, é primordial, porque, mais significativos ainda que as estruturas profundas da vida, são seus pontos de ruptura, sua brusca ou lenta deterioração sob o efeito de pressões contraditórias.

Comparei por vezes os modelos a navios. O navio construído, o meu interesse é pô-lo na água, ver se flutua, depois fazê-lo subir ou descer, à minha vontade, as águas do tempo. O naufrágio é sempre o momento mais significativo. Assim, a explicação imaginada por F. Spooner e por mim mesmo, para os jogos entre metais preciosos, não me parece válido antes do século XV. Aquém, os choques dos metais são de uma violência que a observação ulterior não havia assinalado. Então, cabe-nos procurar a causa. Assim como é necessário ver, rumo à jusante desta vez, porque a navegação de nosso navio muito simples torna-se difícil, depois impossível, com o século XVIII e o impulso anormal do crédito. Para mim, a pesquisa deve ser sempre conduzida, da realidade social ao modelo, depois deste àquela, e assim por diante, por uma seqüência de retoques, de viagens pacientemente renovadas. O modelo é assim, alternadamente, ensaio de explicação da estrutura, instrumento de controle, de comparação, verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada. Se eu fabricasse um modelo a partir do atual, gostaria de recolocá-lo imediatamente na realidade, depois fazê-lo remontar no tempo, se possível, até seu nascimento. Após o que, calcularia sua vida provável, até a próxima ruptura, segundo o movimento concomitante de outras realidades sociais. A não ser que, servindo-me dele, como de um elemento de comparação, eu o faça passear no tempo ou no espaço, em busca de outras realidades capazes de se iluminar graças a ele, com uma luz nova.

Não tenho razão em pensar que os modelos das matemáticas qualitativas, tais como nos foram apre-

sentadas até aqui³⁶, se prestariam mal a tais viagens, antes de tudo porque circulam sobre uma única das inumeráveis rotas do tempo, a da longa, *longuíssima* duração, ao abrigo dos acidentes, das conjunturas, das rupturas? Voltarei, uma vez mais, a Claude Lévi-Strauss, porque sua tentativa, nesses domínios, me parece a mais inteligente, a mais clara, a melhor enraizada também na experiência social de onde tudo deve partir, ou aonde tudo deve voltar. A cada vez, notemo-lo, ele põe em causa um fenômeno de extrema lentidão, como que intemporal. Todos os sistemas de parentesco se perpetuam porque não há vida humana possível além de uma certa taxa de consaguinidade, porque é preciso que um pequeno grupo de homens, para viver, se abra para o mundo exterior: a proibição do incesto é uma realidade de longa duração. Os mitos, lentos para se desenvolver, correspondem, eles também, a estruturas de extrema longevidade. Podemos, sem nos preocupar em escolher a mais antiga, colecionar as versões do mito de Édipo, sendo que o problema é ordenar as diversas variações e pôr à luz, abaixo delas, uma articulação profunda que as comande. Mas suponhamos que nosso colega se interesse não por um mito, mas pelas imagens, pelas interpretações sucessivas do "maquiavelismo", que ele pesquisa os elementos de base de uma doutrina bastante simples e muito difundida, a partir de seu lançamento real por volta do meio do século XVI. A cada instante, aqui, quantas rupturas, quantas reviravoltas, até na própria estrutura do maquiavelismo, pois esse sistema não tem a solidez teatral, quase eterna, do mito; ele é sensível às incidências e saltos, às intempéries múltiplas da história. Numa palavra, não caminha apenas sobre as estradas tranqüilas e monótonas da longa duração... Assim, o procedimento que Lévi-Strauss recomenda na pesquisa das estruturas matematizáveis, não se situa apenas na etapa micro-sociológica, mas no encontro do infinitamente pequeno e da longuíssima duração.

De resto, as revolucionárias matemáticas qualitativas estarão elas condenadas a seguir somente as

36. Digo matemáticas qualitativas, segundo a estratégia dos jogos. Sobre os modelos clássicos e tais como os elaboram os economistas, uma discussão diferente estaria por se empenhar.

estradas da longuíssima duração? Nesse caso, após esse jogo cerrado, encontraríamos apenas verdades que são um pouco demais as do homem eterno. Verdades primeiras, aforismos da sabedoria das nações, dirão espíritos melancólicos. Verdades essenciais, responderemos, e que podem iluminar com uma nova luz as próprias bases de toda vida social. Mas não reside aí o conjunto do debate.

Não creio, de fato, que essas tentativas — ou tentativas análogas — não possam prosseguir fora da longuíssima duração. O que se fornece às matemáticas sociais qualitativas, não são cifras, mas relações, relações que devem ser assaz rigorosamente definidas para que possamos atribuir-lhes um sinal matemático a partir do qual serão estudadas todas as possibilidades matemáticas desses sinais, sem mesmo nos preocuparmos mais com a realidade social que representam. Todo o valor das conclusões depende portanto do valor da observação inicial, da escolha que isola os elementos essenciais da realidade observada e determina suas relações no seio dessa realidade. Concebe-se, por conseguinte, a preferência das matemáticas sociais pelos modelos que Claude Lévi-Strauss denomina mecânicos, isto é, estabelecidos a partir de grupos estreitos onde cada indivíduo, por assim dizer, é diretamente observável e onde uma vida social muito homogênea permite definir seguramente relações humanas, simples e concretas, pouco variáveis.

Os modelos ditos estatísticos se destinam, ao contrário, às sociedades amplas e complexas onde a observação só pode ser desenvolvida graças às médias, isto é, às matemáticas tradicionais. Mas, essas médias estabelecidas, se o observador é capaz de estabelecer, na escala dos grupos e não mais dos indivíduos, essas relações de base de que falávamos e que são necessárias às elaborações das matemáticas qualitativas, nada impede por conseguinte de recorrer a elas. Ainda não houve, que eu saiba, tentativas desse gênero. Mas estamos no início das experiências. Por ora, quer se trate de psicologia, de economia, de antropologia, todas as experiências foram feitas no sentido que defini à propósito de Lévi-Strauss. Mas as matemáticas sociais qualitativas só darão provas de seu valor

quando houverem abordado uma sociedade moderna, seus problemas emaranhados, suas diferentes velocidades de vida. Apostemos que a aventura tentará um de nossos sociólogos matemáticos; apostemos também que provocarà uma revisão obrigatória dos métodos até aqui observados pelas matemáticas novas, porque estas não podem restringir-se a isso que chamarei desta vez, a duração demasiado longa; elas devem reencontrar o jogo múltiplo da vida, todos os seus movimentos, todas as suas durações, todas as suas rupturas, todas as suas variações.

4. *Tempo do historiador, tempo do sociólogo*

Ao termo de uma incursão pelo país das intemporais matemáticas sociais, eis-me de volta ao tempo, à duração. E, historiador incorrigível, espanto-me, uma vez mais, que os sociólogos tenham podido escapar dela. Mas é que seu tempo não é o nosso: é muito menos imperioso, menos concreto também, nunca está no coração de seus problemas e de suas reflexões.

De fato, o historiador não sai jamais do tempo da história: o tempo cola em seu pensamento como a terra à pá do jardineiro. Ele sonha, seguramente, em lhe escapar. Com a angústia de 1940 ajudando, Gaston Roupnel³⁷ escreveu a esse propósito palavras que fazem sofrer todo historiador sincero. É igualmente o sentido de uma antiga reflexão de Paul Lacombe, também historiador de grande classe: “o tempo não é nada em si, objetivamente, não é nada senão uma idéia para nós”³⁸. Mas se trata no caso de verdadeiras evasões? Pessoalmente, no decorrer de um cativeiro bastante moroso, lutei muito para escapar à crônica desses anos difíceis (1940-1945). Recusar os eventos e o tempo dos eventos, era colocar-se à margem, ao abrigo, para olhá-los um pouco de longe, melhor julgá-los e não crer muito. Do tempo curto, passar ao tempo menos curto e ao tempo muito longo (se existe, este último, só pode ser o tempo dos sábios);

37. *Histoire et Destin*, Paris, Bernard Grasset, 1943, *passim*, notadamente p. 169.

38. *Revue de synthèse historique*, 1900, p. 32.

depois, chegando a esse termo, deter-se, considerar tudo de novo e reconstruir, ver tudo girar à volta: a operação tem com o que tentar um historiador.

Mas, essas fugas sucessivas não o repelem em definitivo, fora do tempo do mundo, do tempo da história, imperioso porque irreversível e porque corre no próprio ritmo da rotação da Terra. De fato, as durações que distinguimos são solidárias umas com as outras: não é a duração que é tanto assim criação de nosso espírito, mas as fragmentações dessa duração. Ora, esses fragmentos se reúnem ao termo de nosso trabalho. Longa duração, conjuntura, evento se encaixam sem dificuldade, pois todos se medem por uma mesma escala. Do mesmo modo, participar em espírito de um desses tempos, é participar de todos. O filósofo, atento ao aspecto subjetivo, interior à noção do tempo, não sente jamais esse peso do tempo da história, de um tempo concreto, universal, tal como o tempo da conjuntura que Ernest Labrousse descreve no início de seu livro³⁹, como um viajante que, idêntico em toda parte a si mesmo, corre o mundo, impõe os mesmos constrangimentos, qualquer que seja o país onde desembarca, o regime político ou a ordem social que aborda.

Para o historiador, tudo começa, tudo acaba pelo tempo, um tempo matemático e demiúrgico, do qual seria fácil sorrir, tempo como que exterior aos homens, "exógeno", diriam os economistas, que os impele; os constrange, arrebatava seus tempos particulares de cores diversas: sim, o tempo imperioso do mundo.

Os sociólogos, é claro, não aceitam essa noção muito simples. Estão muito mais próximos da *Dialectique de la durée*, tal como a apresenta Gaston Bachelard⁴⁰. O tempo social é simplesmente uma dimensão particular de determinada realidade social que contemplo. Interior a essa realidade como pode sê-lo a determinado indivíduo, é um dos sinais — entre outros — de que ela se reveste, uma das propriedades que a marcam como ser particular. O sociólogo não é incomodado por esse tempo complacente que ele

39. ERNEST LABROUSSE, *La crise de l'économie française à la veille de la Révolution française*, Paris, P.U.F., 1944, Introdução.

40. Paris, P.U.F., 2ª ed., 1950.

pode, à vontade, cortar, fechar, recolocar em movimento. O tempo da história prestar-se-ia menos, repito-o, ao duplo jogo ágil da sincronia e da diacronia: quase não permite imaginar a vida como um mecanismo cujo movimento podemos parar para dele apresentar, à vontade, uma imagem imóvel.

Esse desacordo é mais profundo do que parece: o tempo dos sociólogos não pode ser o nosso; repugna à estrutura profunda de nossa profissão. Nosso tempo é medida, como o dos economistas. Quando um sociólogo nos diz que uma estrutura não cessa de se destruir senão para se reconstruir, aceitamos de bom grado a explicação que a observação histórica confirma de resto. Mas quiséramos, no eixo de nossas exigências habituais, saber a duração precisa desses movimentos, positivos ou negativos. Os ciclos econômicos, fluxo e refluxo da vida material, se medem. Uma crise estrutural social deve, igualmente, referir-se no tempo, através do tempo, situar-se exatamente nela mesma e mais ainda em relação aos movimentos das estruturas concomitantes. O que interessa apaixonadamente um historiador, é o entrecruzamento desses movimentos, sua interação e seus pontos de ruptura: coisas todas que só podem se registrar em relação ao tempo uniforme dos historiadores, medida geral de todos esses fenômenos, e não ao tempo social multi-forme, medida particular a cada um desses fenômenos.

Essas reflexões ao contrário, um historiador as formula, com ou sem razão, mesmo quando penetra na sociologia acolhedora, quase fraternal de Georges Gurvitch. Um filósofo⁴¹ não o definia, ontem, como aquele que "encurrala a sociologia na história"? Ora, mesmo nele, o historiador não reconhece nem suas durações, nem suas temporalidades. O vasto edifício social (diremos o modelo?) de Georges Gurvitch se organiza segundo cinco arquiteturas essenciais⁴²: os patamares em profundidade, as sociabilidades, os grupos sociais, as sociedades globais — os tempos, esse último andaime, o das temporalidades, o mais novo,

41. GILLES GRANGER, *Événement et Structure dans les Sciences de l'homme*, Cahiers de l'Institut de Science Economique Appliquée, Série M, nº 1, pp. 41-42.

42. Ver meu artigo, sem dúvida, muito polêmico, «Georges Gurvitch et la discontinuité du social», *Annales E.S.C.*, 1953, 3, pp. 347-361.

sendo também o último construído e como que sobreposto ao conjunto.

As temporalidades de Georges Gurvitch são múltiplas. Ele distingue toda uma série: o tempo de longa duração e em ritmo mais lento, o tempo ilusão de óptica ou o tempo surpresa, o tempo de pulsação irregular, o tempo cíclico, o tempo em atraso sobre si próprio e o tempo de alternância entre atraso e avanço, o tempo em avanço sobre si próprio, o tempo explosivo⁴³. . . Como o historiador se deixaria convencer? Com essa gama de cores, ser-lhe-ia impossível reconstituir a luz branca unitária, que lhe é indispensável. Ele percebe também rapidamente, que esse tempo camaleão assinala sem mais, com um sinal suplementar, com um toque de cor, as categorias anteriormente distinguidas. Na cidade de nosso amigo, o tempo, último a chegar, se aloja muito naturalmente entre os outros; assume a dimensão desses domicílios e de suas exigências, segundo os "patamares", as sociabilidades, os grupos, as sociedades globais. É uma maneira diferente de reescrever, sem modificá-las, as mesmas equações. Cada realidade social secreta seu tempo ou suas escalas de tempo, como vulgares conchas. Mas o que nós, historiadores, ganhamos com isso? A imensa arquitetura dessa cidade ideal permanece imóvel. A história está ausente dela. O tempo do mundo, o tempo histórico aí se encontra, mas como o vento em Éolo, encerrado numa pele de bode. Não é à história que os sociólogos, final e inconscientemente, querem mal, mas ao tempo da história, — essa realidade que permanece violenta, mesmo se se procura arranjá-la, diversificá-la. Essa coerção à qual o historiador nunca escapa, os sociólogos escapam quase sempre: evadem-se ou no instante, sempre atual, como que suspenso acima do tempo, ou nos fenômenos de repetição que não são de nenhuma idade; portanto, por uma marcha oposta do espírito, que os acantona seja no factual mais estrito, seja na duração mais longa. Essa evasão é lícita? Aí reside o verdadeiro debate entre historiadores e sociólogos, inclusive entre historiadores de opiniões diferentes!

43. Cf. GEORGES GURVITCH, *Déterminismes sociaux et Liberté humaine*, Paris, P.U.F., 1955, pp. 38-40 e *passim*.

Não sei se esse artigo muito claro, muito amparado, segundo o hábito dos historiadores, terá a aquiescência dos sociólogos e de nossos outros vizinhos. Duvido. Em todo caso, não é útil repetir, à guisa de conclusão, seu *leitmotiv* exposto com insistência. Se a história está destinada, por natureza, a dedicar uma atenção privilegiada à duração, a *todos* os movimentos em que ela pode decompor-se, a longa duração nos parece, nesse leque, a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comuns às ciências sociais. É pedir muito, a nossos vizinhos, desejar que a um dado momento de seus raciocínios, reconduzam a esse eixo suas constatações ou suas pesquisas?

Para os historiadores, que não serão todos da minha opinião, seguir-se-ia uma inversão do vapor: é para a história curta que vão, instintivamente, suas preferências. Estas têm a cumplicidade dos sacrosantos programas da Universidade. Jean-Paul Sartre, em recentes artigos⁴⁴, reforça o ponto de vista deles quando, querendo protestar contra o que, no marxismo, é ao mesmo tempo demasiado simples e demasiado pesado, ele o faz em nome do biográfico, da realidade abundante do factual. Nem tudo está dito, quando se tiver "situado" Flaubert como um burguês, ou Tintoretto como um pequeno-burguês. Estou efetivamente de acordo. Mas a cada vez, o estudo do caso concreto — Flaubert, Valéry, ou a política exterior da Gironda — reconduz, finalmente, Jean-Paul Sartre ao contexto estrutural e profundo. Essa pesquisa vai da superfície às profundezas da história e atinge minhas próprias preocupações. Alcançá-las-ia ainda melhor se a ampulheta fosse inclinada nos dois sentidos — do evento para a estrutura, depois das estruturas e dos modelos para o evento.

O marxismo é uma multidão de modelos. Sartre protesta contra a rigidez, o esquematismo, a insuficiência do modelo, em nome do particular e do individual. Protestarei como ele, (em estes ou aqueles matizes a menos), não contra o modelo, mas contra a utilização que dele se faz, que muitos se julgaram autorizados a fazer. O gênio de Marx, o segredo de

44. JEAN-PAUL SARTRE, *Fragment d'un livre à paraître sur le Tintoret*, *Les Temps Modernes*, nov. 1957, e artigo citado precedentemente.

seu poder prolongado, deve-se ao fato de que foi o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração histórica. Eses modelos foram congelados na sua simplicidade ao lhes ser dado valor de lei, de explicação prévia, automática, aplicável em todos os lugares, a todas as sociedades. Ao passo que, transportando-os sobre os rios mutantes do tempo, sua trama seria posta em evidência porque é sólida e bem tecida, reapareceria sem cessar, mas matizada, alternadamente esfumada ou avivada pela presença de outras estruturas suscetíveis, elas próprias, de serem definidas por outras regras e, portanto, por outros modelos. Assim, limitou-se o poder criador da mais poderosa análise social do último século. Ela não poderia reencontrar força e juventude senão na longa duração... Acrescentarei eu que o marxismo atual me parece a própria imagem do perigo que espregueita toda ciência social apaixonada pelo modelo no estado puro, presa ao modelo pelo modelo?

O que eu quisera sublinhar também para concluir é que a longa duração é apenas uma das possibilidades de linguagem comum em vista de uma confrontação das ciências sociais. Existem outras. Assinalei, bem ou mal, as tentativas das novas matemáticas sociais. As novas me seduzem, mas as antigas, cujo triunfo é patente em economia — talvez a mais avançada das ciências do homem — não merecem esta ou aquela reflexão desabusada. Imensos cálculos nos esperam nesse domínio clássico, mas há equipes de calculadores e máquinas de calcular, dia a dia mais aperfeiçoadas. Creio na utilidade das longas estatísticas, no necessário remontar, a partir desses cálculos e pesquisas, a um passado cada dia mais recuado. O século XVIII europeu, no seu conjunto, está semeado por nossos canteiros de obra, mas já o XVII, também, e mais ainda o XVI. Estatísticas de uma dimensão inaudita nos abrem por sua linguagem universal, as profundezas do passado chinês⁴⁵. Sem dúvida, a estatística simplifica para melhor conhecer. Mas toda ciência vai assim do complicado ao simples.

45. OTTO BERKELBACH, VAN DER SPRENKEL, «Population Statistics of Ming China», *B.S.O.A.S.*, 1953; MARIANNE RIEGER, «Zur Finanz-und Agrargeschichte der Ming Dynastie 1368-1643», *Sinica*, 1932.

Entretanto, que não se esqueça uma última linguagem, uma última família de modelos, para falar a verdade: a redução necessária de toda realidade social ao espaço que ela ocupa. Digamos a geografia, a ecologia, sem nos deter muito nessas diferenças de vocabulário. A geografia se considera muito frequentemente como um mundo em si, e é pena. Ela teria necessidade de um Vidal de La Blache que, desta vez, em lugar de pensar tempo e espaço, pensaria espaço e realidade social. É nos problemas de conjunto das ciências do homem que, por conseguinte, dar-se-ia o passo na pesquisa geográfica. Ecologia: a palavra, para o sociólogo, sem que ele o confesse sempre, é uma maneira de não dizer geografia e, ao mesmo tempo, de esquivar os problemas que o espaço coloca e, mais ainda, que ele revela à observação atenta. Os modelos espaciais são esses mapas onde a realidade social se projeta e parcialmente se explica, modelos, na verdade, para todos os movimentos da duração e sobretudo da longa duração, para todas as categorias do social. Mas a ciência social os ignora de maneira espantosa. Pensei muitas vezes que uma das superioridades francesas nas ciências sociais era essa escola geográfica de Vidal de La Blache, cujo espírito e as lições não nos consolaríamos em ver traídos. É preciso que todas as ciências sociais, por seu lado, dêem lugar a uma “concepção (cada vez) mais geográfica da humanidade”⁴⁶, como Vidal de La Blache o pedia já em 1903.

Na prática — pois esse artigo tem um fim prático — desejaria que as ciências sociais, provisoriamente, cessassem de tanto discutir sobre suas fronteiras recíprocas, sobre o que é ou não é ciência social, o que é ou não é estrutura... Que procurem antes traçar, através de nossas pesquisas, as linhas, se existem linhas, que orientariam uma pesquisa coletiva, bem como os temas que permitiriam atingir uma primeira convergência. Essas linhas, chamo-as pessoalmente: matematização, redução ao espaço, longa duração... Mas estaria curioso para conhecer aquelas que outros

46. P. VIDAL DE LA BLACHE, *Revue de synthèse historique*, 1903, p. 239.

especialistas proporião. Pois esse artigo, é necessário dizê-lo, não foi por acaso colocado sob a rubrica *Débats et Combats*⁴⁷. Pretende por não resolver problemas em que infelizmente cada um de nós, no que não concerne à sua especialidade, se expõe a riscos evidentes. Essas páginas são um chamado à discussão.

47. Rubrica bem conhecida dos *Annales* (E.S.C.).

4. UNIDADE E DIVERSIDADE DAS CIÊNCIAS DO HOMEM¹

À primeira vista — ao menos se se participa por pouco que seja em seu processamento — à primeira vista, as ciências humanas nos impressionam não pela unidade, difícil de formular e de promover, mas pela diversidade entranhada, antiga, afirmada, para dizer tudo, *estrutural*. Elas são desde logo elas mesmas, estreitamente, e se apresentam como outras tantas pátrias, linguagens e também, o que é menos justificável, como outras tantas carreiras, com suas regras,

1. *Revue de l'enseignement supérieur*, nº 1, 1960, pp. 17-22.